

---

**SOLLICITUDO REI SOCIALIS:  
UM GUIA DE LEITURA\***

---

---

---

---

---

---



Francisco Aquino Júnior\*\*

*Resumo:* A Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* do papa João Paulo II foi publicada no dia 30 de dezembro de 1987. Ela foi escrita por ocasião da celebração dos vinte anos da Encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI e trata da problemática do desenvolvimento dos povos. Retoma e atualiza o ensinamento social desenvolvido naquela encíclica no contexto da segunda metade dos anos de 1980, destacando o aspecto de “continuidade” e de “renovação constante” do ensino ou da doutrina social da Igreja. Em linhas gerais, segue o método *ver-julgar-agir*: apresenta o “panorama do mundo contemporâneo” (*ver*); faz uma leitura ético-teológica dessa situação (*julgar*) e oferece “algumas orientações particulares” (*agir*). E tem o mérito de assumir e integrar no conjunto da doutrina social da Igreja aspectos fundamentais da reflexão teológico-pastoral da Igreja latino-americana: “estruturas de pecado”, “opção preferencial pelos pobres”, “libertação” como “categoria fundamental” e “primeiro princípio de ação”. Este trabalho, como indica seu subtítulo, pretende ser um “guia de leitura” da encíclica: contextualiza o documento, analisa o texto e destaca aspetos importantes para sua compreensão.

*Palavras-chave:* João Paulo II. Doutrina Social da Igreja. *Sollicitudo Rei Socialis*. Desenvolvimento X Subdesenvolvimento. América Latina.

\* Recebido em: 21.06.2022. Aceito em: 31.07.2022.

\*\* Pós-doutor em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Doutor em Teologia pela Westfälische Wilhelms Universität Münster. Graduado em Teologia e Filosofia. Professor na Faculdade Católica de Fortaleza e no PPG em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco. *E-mail:* aquino.junior@unicap.br

**A** Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (*SRS*) do papa João Paulo II sobre a “solicitude social da Igreja” foi publicada no dia 30 de dezembro de 1987. Se a maioria das encíclicas sociais anteriores (*Quadragesimo anno* de Pio XI, *Mater et magistra* de João XXIII, *Octogesima adveniens* de Paulo VI e *Laborem exercens* de João Paulo II) foi escrita em comemoração da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, esta nova encíclica de João Paulo II foi escrita em comemoração dos 20 anos de publicação da Encíclica *Populorum Progressio* (*PP*) de Paulo VI. Mas se a encíclica de Paulo VI foi escrita num contexto de *otimismo* generalizado com relação ao progresso/desenvolvimento e, de alguma forma, foi marcada por esse otimismo, a nova encíclica de João Paulo II foi escrita num contexto bastante *pessimista* e passa uma “impressão prevalentemente negativa” com relação às perspectivas de desenvolvimento no mundo atual. E está inserida num contexto eclesial muito distinto dos anos pós-conciliares e que pode ser caracterizado com João Batista Libânio em termos de “volta à grande disciplina” (LIBANIO, 1984).

Ela é parte de um projeto eclesial que conjuga esforço de enquadramento disciplinar do processo de renovação conciliar pela autoridade eclesiástica com renovado interesse e empenho pelas questões sociais e, ligado a isso, pela Doutrina Social da Igreja (cada vez menos se fala em ensino social!). E sintoniza bastante com a Igreja da América Latina: tanto pela centralidade da problemática dos povos subdesenvolvidos e do crescente fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, quanto por assumir aspectos importantes da reflexão teológico-pastoral desenvolvida nas conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) e na teologia da libertação como “estruturas de pecado”, “opção preferencial pelos pobres” e a perspectiva da “libertação”.

Importa situar bem essa encíclica no contexto socio-eclesial da segunda metade dos anos de 1980, analisar atentamente o texto em sua estrutura e em seu conteúdo e destacar alguns elementos ou aspectos que ajudam compreender melhor suas peculiaridades e sua novidade no contexto mais amplo do ensino ou da doutrina social da Igreja desenvolvido nas encíclicas sociais.

## CONTEXTO HISTÓRICO

Nenhum texto pode ser bem compreendido fora do seu contexto. É verdade que o texto nunca é mera consequência ou reflexo automático do contexto em que surge e com o qual interage. Mas, por mais contra-contextual que seja, e precisamente nesse caráter contra-contextual, sempre inter-age com o contexto contra o qual re-age. Daí a importância e a necessidade de situar o texto no seu contexto.

A Encíclica *SRS* está situada na segunda metade da década de 1980. Mais precisamente em 1987. É muito significativo o fato de ter sido publicada por ocasião dos 20

anos da Encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI: seja pela referência à problemática do progresso/desenvolvimento dos povos (contexto social), seja pela referência a Paulo VI e ao processo de recepção conciliar (contexto eclesial). Sob ambos os aspectos, ela nos situa num contexto muito diferente dos anos de 1960.

1. Tanto a Encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI quanto a Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* de João Paulo II tratam da problemática do desenvolvimento dos povos. Mas em contextos muito diferentes. Se as décadas de 1950-1960 podem ser caracterizadas como “anos dourados” ou “era de ouro” (HOBSBAWM, 1995, p. 253-281) do progresso/desenvolvimento, as décadas de 1970-1980 podem ser caracterizadas como “décadas de crise” (HOBSBAWM, 1995, p. 293-240) do progresso/desenvolvimento. Se aquela época era marcada por um *otimismo* generalizado em relação ao progresso/desenvolvimento dos povos, o contexto da nova encíclica é de *descrédito e pessimismo* crescentes com as reais possibilidades e perspectivas desse progresso/desenvolvimento.

O otimismo das décadas de 1950-1960 está ligado a fatores de ordem política, econômica, científica e social (CAMACHO, 1995, p. 183-185, 213s; HOBSBAWM, 1995, p. 253-281; ARRIGHI, 1996, p. 307s): É tempo de reconstrução da Europa pós-guerra; tempo de derrota do fascismo-nazismo e entusiasmo com a democracia como ideal e forma de organização política dos Estados; tempo de conquista da independência política de muitas colônias no chamado terceiro mundo; tempo de criação de organismos internacionais como a ONU (1945) e a FAO (1945) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); tempo de enorme crescimento econômico, possibilitado por forte intervenção do Estado (o chamado keynesianismo) e grandes avanços tecnológicos; tempo de industrialização e geração de emprego; tempo de aumento significativo do padrão de vida da população, sobretudo nos países ricos etc. A problemática do desenvolvimento se tornou tão central nessa época que a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou a década de 1960 como a “Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (ONU, 1961). Tudo isso criava um clima de otimismo generalizado com relação ao progresso/desenvolvimento. Tão forte que nem o contexto de “guerra fria” (HOBSBAWM, 1995, p. 223-252) e a crescente desigualdade social (HOBSBAWM, 1995, p. 225; CAMACHO, 1995, p. 315-318) conseguiam abafar. É nesse contexto de otimismo generalizado que se insere a encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI “sobre o desenvolvimento dos povos”. Embora marcada pelo “otimismo” reinante na época (ELLACURIA, 2002, p. 414), essa encíclica teve o mérito incalculável de superar uma visão reducionista que identificava desenvolvimento com crescimento econômico, propor um desenvolvimento integral e solidário dos povos e tratar a problemática do desenvolvimento a partir dos problemas e necessidades dos países e povos subdesenvolvidos.

Mas a situação mudou profundamente nas décadas seguintes. Eric Hobsbawm (1995, p. 293-420) caracteriza essa nova época como “décadas de crise”. E João Paulo II, tratando do “panorama do mundo atual” na encíclica *SRS* (JOÃO PAULO II, 1990<sup>1</sup>), dirá que “o primeiro fato a salientar é que as esperanças de desenvolvimento [...] aparecem hoje muito longe de sua realização” (12/1), que “a situação do mundo atual, sob o ponto de vista do desenvolvimento, nos deixa uma impressão prevalentemente negativa” (13/1). De fato, “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise” (HOBSBAWM, 1995, p. 393): Crise econômica com queda na produção industrial nos países capitalistas desenvolvidos e no comércio internacional (CAMACHO, 1995, p. 391s; HOBSBAWM, 1995, p. 393); aumento das desigualdades nas economias de mercado desenvolvidas (HOBSBAWM, 1995, p. 397); endividamento generalizado nos países do Terceiro mundo (HOBSBAWM, 1995, p. 411; CAMACHO, 1995, p. 393); ampliação do fosso entre países ricos e pobres (HOBSBAWM, 1995, p. 413); desemprego estrutural e crise da sociedade de trabalho (CAMACHO, 1995, p. 393; HOBSBAWM, 1995, p. 396, 402-405); processo crescente de financeirização e globalização da economia, produzindo uma verdadeira “revolução financeira global” (ARRIGHI, 1996, p. 308s); solapamento do Estado nacional em função do mercado HOBSBAWM, 1995, p. 413s). E tudo isso num contexto de “guerra fria” (HOBSBAWM, 1995, p. 223-252) e de “insana corrida armamentista” HOBSBAWM, 1995, p. 233) que levava as grandes potências a “usar sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação” (HOBSBAWM, 1995, p. 233) e acabava interferindo decisivamente na política interna dos países aliados ou por elas controlados.

É verdade que essa crise não foi sentida e percebida de modo imediato nem com a mesma intensidade em todas as regiões: seja por causa dos “sistemas de previdência e seguridade social” nos países do Primeiro Mundo (HOBSBAWM, 1995, p. 397); seja pelo crescimento da indústria e pela geração de emprego nos países do Terceiro Mundo (CAMACHO, 1995, p. 392); seja pela continuação de um “modesto crescimento” nos países socialistas (HOBSBAWM, 1995, p. 375, 395). Sem falar que o contexto de polarização entre capitalismo e socialismo acabava ofuscando a natureza e a dimensão dessa crise em função dos interesses político-ideológicos das grandes potências mundiais.

Só no início da década de 1990, com o fim do bloco socialista, ela será plenamente reconhecida e admitida (HOBSBAWM, 1995, p. 393s). Em todo caso, ao

---

1 A partir de agora, os números entre parêntesis, sem outra indicação, remetem a esta obra. O primeiro algarismo indica o número do documento e o segundo algarismo indica o parágrafo do referido número.

longo da década de 1980 vai se impondo cada vez mais a consciência de que os “anos dourados” (1950-1960) haviam sucumbido em “décadas de crise” (1970-1980). Seus principais efeitos nos países capitalistas eram: depressão econômica, desemprego estrutural, endividamento dos países do Terceiro Mundo, aumento das desigualdades, perda de poder dos Estados nacionais em relação ao sistema financeiro internacional. Também os países do bloco socialista estavam mergulhados numa crise profunda, causada tanto pelos “condicionamentos impostos por seu próprio sistema”, quanto pelos custos da “aceleração da corrida armamentista”, quanto pelo impacto da crise econômica mundial (CAMACHO, 1995, p. 394; HOBBSAWM, 1995, p. 407s). É nesse contexto de crise generalizada e conseqüente pessimismo com relação ao desenvolvimento que se insere a nova encíclica do papa João Paulo II *SRS* sobre a solicitude social da Igreja.

2. Se não se pode negar a mudança profunda de contexto social da década de 1960 (crescimento/otimismo) para a década de 1980 (crise/pessimismo), tampouco se pode negar a mudança profunda do contexto eclesial nesse período. Enquanto os anos de 1960 são marcados pelo otimismo e pela criatividade do processo de renovação conciliar (“primavera eclesial”), os anos de 1980 são marcados por um progressivo pessimismo com relação ao diálogo com o mundo e à reforma da Igreja e por uma espécie de “volta à grande disciplina”, para usar a expressão com a qual João Batista Libânio caracteriza o novo contexto eclesial (LIBANIO, 1984) (“restauração”).

É verdade que as resistências ao processo de renovação conciliar não começaram na década de 1980. Elas se deram no próprio evento conciliar. Já no discurso de abertura do Concílio, João XXIII reage contra “pessoas que só veem desastres e calamidades nas condições em que atualmente vive a humanidade”, afirmando ter “o dever de discordar desses profetas da miséria” (JOÃO XXIII, 2007, p. 29). E no discurso de encerramento do Concílio, Paulo VI se viu obrigado a defender o Concílio contra os que o acusavam de modernismo, antropocentrismo e desvio de sua missão, afirmando que “a Igreja não se desviou de seus objetivos”, que “em nenhum momento perdeu seu caráter estritamente religioso”, que, “voltando-se para o mundo e para os seres humanos, a Igreja não deixa de estar orientada para o reino de Deus” (PAULO VI, 2007, p. 124). E essas resistências continuaram e se aprofundaram no período pós-conciliar: seja na linha de radical oposição ao Concílio, como no caso de Lefebvre (MARTINA, 1997, p. 362-364; LIBANIO, 1984, p. 119-131; FAGGIOLI, 2013, p. 57-65); seja de linha do enquadramento disciplinar do processo conciliar (FAGGIOLI, 2013, p. 45-68).

Mas se na primeira década do pós-concílio, não obstante as resistências e os recuos, prevaleceu uma postura mais otimista e criativa com relação ao processo

de renovação conciliar, na década de 1980 vai se impor uma tendência mais pessimista e disciplinar em relação processo de renovação eclesial em curso. Não se trata propriamente de negação do Concílio, mas de seu enquadramento disciplinar pela autoridade eclesiástica. E a figura chave desse processo é sem dúvida nenhuma o papa João Paulo II. Com sua mentalidade polaca, com seu carisma pessoal e com sua mão de ferro ele marca uma nova etapa no processo de recepção conciliar, caracterizada pela afirmação da identidade católica, pela preocupação com os problemas sociais, pelo combate ao comunismo e ao secularismo e pela defesa e imposição da autoridade eclesiástica (GIRARDI, 1991, p. 45-68).

Não seria exagerado afirmar que o eixo articulador dessa nova etapa do processo de recepção conciliar é a centralidade do magistério papal em matéria doutrinal, litúrgica e disciplinar. Isso já aparece claramente em sua primeira radiomensagem “*Urbi et Orbi*”, ao apresentar “algumas linhas diretrizes” de seu pontificado (JOÃO PAULO II, 1978). E essa será a marca registrada de seu governo pastoral. Mas isso não significa desinteresse pela sociedade e pelos problemas sociais. Menos ainda no caso de João Paulo II. Não se deve esquecer que ele vem de uma tradição na qual a identidade nacional estava profundamente vinculada ao catolicismo (catolicismo social) (GIRARDI, 1991, p. 46-51), que ele foi um dos redatores da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II (Igreja no mundo de hoje), que se destacou, como arcebispo de Cracóvia, na defesa dos direitos humanos, particularmente da liberdade religiosa (anticomunismo, direitos humanos) (GIRARDI, 1991, p. 51-56; GUTIÉRREZ, 1995, p. 75-77) e que compreendeu sua eleição e seu ministério papais como desígnio da Providência Divina para “reconstrução e reunificação da Europa a partir de suas raízes cristãs” e a “unificação do mundo sob o signo do cristianismo” (restauração) (GIRARDI, 1991, p. 58-64; GUTIÉRREZ, 1995, p. 77s). Isso explica, em grande medida, a importância central e decisiva que ele confere à Doutrina Social da Igreja. A ponto de podermos ponderar a afirmação feita no início do parágrafo e tomar como eixo articulador de seu ministério pastoral a afirmação do poder papal na Igreja e na sociedade. E não há aqui nenhuma contradição, afinal o poder papal diz respeito não apenas à vida interna da Igreja (doutrina-liturgia-disciplina), mas também à sua atuação na sociedade (Doutrina Social da Igreja). Trata-se, portanto, de um projeto eclesial centrado no poder papal.

Isso ajuda compreender a emblemática controvérsia com a teologia da libertação latino-americana nos anos 1980: Não se trata de uma negação pura e simples da opção preferencial pelos pobres e do compromisso da Igreja com a justiça social e a libertação integral dos povos, mas de seu enquadramento doutrinal, moral e disciplinar pela autoridade eclesiástica. Basta analisar conjuntamente as duas instruções da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a teologia da

libertação: *Libertatis Nuntius* de 1984 (CDF, 1984) (mais crítica) e *Libertatis Conscientia* de 1986 (CDF, 1986) (mais positiva) e a carta do papa João Paulo II à CNBB em 1986, na qual afirma que, na medida em que está em sintonia com a “rica experiência da Igreja neste País” e com os “ensinamentos do Evangelho, da Tradição viva e do perene Magistério da Igreja”, a teologia da libertação é “*não só oportuna, mas útil e necessária*” e deve constituir “uma nova etapa [...] daquela reflexão teológica iniciada com a Tradição apostólica e continuada com os grandes Padres e Doutores, com o Magistério ordinário e extraordinário e [...] com o rico património da Doutrina Social da Igreja” (JOÃO PAULO II, 1986). E basta ver como a encíclica *SRS* assume aspectos fundamentais da reflexão teológico-pastoral latino-americana desenvolvida pelas conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) e pela teologia da libertação, como “estruturas de pecado” (36-37), “opção preferencial pelos pobres” (42/2) e perspectiva da “libertação” (46-47).

É nesse novo contexto social (crise/pessimismo) e eclesial (restauração/disciplina) que se insere a nova encíclica de João Paulo II sobre a solicitude social da Igreja.

#### TEXTO: ESTRUTURA E CONTEÚDO

Depois de apresentar em grandes linhas o contexto socio-eclesial em que se insere a encíclica *SRS*, vamos nos dedicar agora à análise de sua estrutura e de seu conteúdo (CAMACHO, 1995, p. 421-452; NEIRA, 1988, p. 9-30; CAMACHO, 1988, p. 201-217; ALBURQUERQUE, 2006, p. 146-148; IVERN, 1988, p. 11-21; ELLACURIA, 2002, p. 413-426). Por mais importante e determinante que seja a análise do contexto para a compreensão de um texto, não substitui nem dispensa jamais sua análise rigorosa. Ela nos permite identificar a estrutura do texto e nos apropriar de seu conteúdo fundamental.

Antes de passar à análise do texto, convém destacar alguns aspectos de seu processo redacional (CAMACHO, 1995, p. 423-425). A própria encíclica vincula sua origem à consulta feita pela Pontifícia Comissão *Iustitia et Pax* aos Sínodos das Igrejas Católicas Orientais e às Conferências Episcopais acerca da celebração dos vinte anos da encíclica *PP* e afirma ter “tomado também em consideração o conteúdo das respostas dadas à mencionada carta-circular” (2/2). E o cardeal Roger Etchegaray, presidente da referida comissão, afirmou, durante a apresentação da encíclica, que o material da consulta serviu de base para a elaboração de uma lista de problemas que foi entregue a um grupo de especialistas, entre os quais se destacam o polonês Tadeusz Styczen e o jesuíta francês Jean-Yves Calvez. Outras informações recolhidas por Camacho detalham ainda mais o processo de elaboração da encíclica: O argentino Jorge Mejía, vice-presidente da Comissão Justiça e Paz, redigiu, a partir das resposta envia-

das à consulta acima referida, “um elenco das questões a serem abordadas”; a primeira redação ficou a cargo do padre Tadeuz Styczen, em estreita colaboração com o papa e com Mejía; este texto foi analisado e enriquecido pelo papa durante as férias de verão de 1987; um segundo esboço, também preparado por Tadeuz Styczen, foi confiado ao jesuíta Jean-Yves Calvéz, ao dominicano Carlos Soria e a alguns economistas católicos; o texto foi ainda submetido ao exame de alguns cardeais da Cúria, entre os quais o cardeal Ratzinger. Esse longo processo explica o atraso de sua publicação em relação ao aniversário da *PP* (26/03/1967) e de sua apresentação (embora datada de 30/12/1987, só foi apresentada oficialmente no dia 19/02/1988).

## ESTRUTURA

O texto está organizado em sete capítulos: Começa com uma “Introdução” (1-4); destaca da “novidade da encíclica *Populorum Progressio*” (5-10); apresenta o “panorama do mundo contemporâneo” (11-26); trata do “desenvolvimento humano autêntico” (27-34); faz uma “leitura teológica dos problemas modernos” (35-40); indica “algumas orientações particulares” (41-45); termina com uma conclusão (46-49).

Mas uma leitura mais atenta permite identificar uma lógica interna que dá maior unidade e coerência ao texto. Ele parte da novidade da *Populorum Progressio* (cap. II) e procura aplicá-la e atualizá-la no presente momento histórico (cap. III-VI), seguido o já clássico esquema ver-julgar-agir: começa com uma análise da situação atual do mundo (cap. III), faz uma reflexão ética (cap. IV) e teológica (cap. V) sobre essa realidade e conclui com algumas linhas de ação (cap. VI) (CAMACHO, 1995, p. 423). Esse esquema explica e justifica os níveis de discurso que se sucedem e se entrelaçam no texto: discurso sociopolítico (ver), discurso ético-filosófico e teológico (julgar) (CAMACHO, 1995, p. 425s), discurso pastoral (agir).

## CONTEÚDO

Tendo em conta a estrutura do texto acima indicada: organização em capítulos, lógica interna, níveis de discurso, passemos então à apresentação de seu conteúdo. Para isto, seguiremos rigorosamente a ordem do texto (capítulos) e procuraremos formulá-lo da maneira mais fiel possível (linguagem).

### *Introdução*

O texto começa recordando que “a solicitude social da Igreja, que tem como fim um desenvolvimento autêntico do homem e da sociedade, o qual respeite e pro-



mova a pessoa humana em todas as suas dimensões, manifestou-se sempre das mais diversas maneiras”, dentre as quais se destacam, nos últimos tempos, as encíclicas sociais (1/1). Partindo da *Rerum Novarum* de Leão XIII e “lendo os acontecimentos, enquanto eles se desenrolaram no decurso da História”, elas foram desenvolvendo “aspectos novos da doutrina social da Igreja” e constituindo um “corpo doutrinal atualizado” que “procura guiar os homens para corresponderem [...] à sua vocação de construtores responsáveis pela sociedade terrena” (1/2).

A encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI se insere neste “corpo considerável de ensinamentos sociais” (2/1). Por ocasião dos vinte anos de sua publicação, a Pontifícia Comissão *Iustitia et Pax* enviou uma carta-circular solicitando “opiniões e propostas quanto ao modo melhor para celebrar o aniversário da Encíclica, para enriquecer os seus ensinamentos e, se fosse o caso, para os atualizar” e João Paulo II, “tomando também em consideração o conteúdo das respostas dadas à mencionada carta-circular”, pensou ser oportuno “dedicar uma Encíclica aos temas da *Populorum Progressio*” (2/2). Sua pretensão é dupla: “render homenagem a este histórico documento de Paulo VI e ao seu ensinamento” e “reafirmar a *continuidade* da doutrina social da Igreja e [...] sua *renovação constante*” (3/1). Essa doutrina é “*constante*, porque se mantém idêntica na sua inspiração de fundo, nos seus ‘princípios de reflexão’, nos seus ‘critérios de julgamento’, nas suas basilares ‘diretrizes de ação’ e, sobretudo, na sua ligação com o Evangelho do Senhor” e é “sempre *nova*, porque está sujeita a necessárias e oportunas adaptações, sugeridas pela mudança das condições históricas e pelo incessante fluir dos acontecimentos” (3/2).

Convencido de que os ensinamentos da *PP* “conservam toda a sua força de apelo à consciência” e se esforçando por “traçar as linhas marcantes do mundo hodierno”, João Paulo II se propõe a “prolongar seu eco, pondo esses ensinamentos em ligação com as possíveis aplicações ao presente momento histórico” (4/1). Além de “aprofundar o ensinamento da Encíclica e ponderar as suas perspectivas” (4/2), sua reflexão acentua a “necessidade de uma concepção mais rica e mais diferenciada do desenvolvimento [...] e de indicar algumas formas de atuação” (4/3).

#### *Novidade da Encíclica Populorum Progressio*

A publicação da *Populorum Progressio* “atraiu a atenção da opinião pública pela sua *novidade*” e ajudou perceber melhor a tenção entre “continuidade” e “renovação” no “âmbito da doutrina social da Igreja” (5/1). O “intuito” e o “fio condutor” desta nova encíclica de João Paulo II é “descobrir numerosos aspectos deste ensinamento, mediante uma leitura atenta da Encíclica” (5/1).

Já a data de sua publicação é muito significativa. Ela “convida a considerar o documento em relação com o Concílio Vaticano II” (5/2). Mais que uma “proximidade cronológica”, trata-se de “*aplicação dos ensinamentos do Concílio*” (6/1). Ele é “como que a resposta ao apelo conciliar, contido logo no início da Constituição *Gaudium et Spes*” e que “parte da verificação do estado de miséria e de subdesenvolvimento em que vivem milhões e milhões de seres humanos” (6/2). Diante do “vasto panorama de dor e sofrimento”, o Concílio quis abrir “horizontes de alegria e esperança”; e este é o “mesmo objetivo” da *PP* (6/3). Também na “ordem da temática”, esta encíclica “retoma de maneira direta a exposição nova e a *rica síntese* que o Concílio elaborou” (7/1), apresentando-se como “uma *aplicação* do ensinamento conciliar em matéria social ao problema específico do desenvolvimento e do subdesenvolvimento dos povos” (7/3).

O papa apresenta a “novidade da Encíclica” em três pontos (8/1):

Primeiro, trata-se de um documento “emanado pela máxima autoridade da Igreja católica e destinado à mesma Igreja e ‘à todas as pessoas de boa vontade’, sobre um assunto que à primeira vista é só econômico e social: o desenvolvimento dos povos” (8/2). Em continuidade com a Encíclica *RN* de Leão XIII sobre a “condição dos operários”, ela destaca “o *caráter ético e cultural* da problemática relativa ao desenvolvimento e, igualmente, a legitimidade e a necessidade da intervenção da Igreja em tal campo” (8/3). Trata-se da “*aplicação* da Palavra de Deus à vida dos homens e da sociedade”, através de “princípios de reflexão”, “critérios de julgamento” e “diretrizes de ação” (8/4).

Segundo, pela “*amplitude de horizontes* abertos quanto ao conjunto do que comumente se designa como ‘questão social’” (9/1). Embora essa perspectiva mundial já apareça na encíclica *MM* e na constituição pastoral *GS*, é com a *PP* que ela é afirmada com “toda a clareza” e se torna “diretriz de ação” (9/2). Isso não significa desconsiderar as questões em “âmbito nacional ou local”, mas considerar os “fatores que existem para além dos confins regionais e das fronteiras nacionais” (9/4). É o caso do “grave problema de distribuição desigual dos meios de subsistência [e dos] benefícios que deles derivam” entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento (9/5s). A novidade da encíclica, aqui, “não consiste tanto na afirmação, de caráter histórico, da universalidade da questão social, quanto na *avaliação moral* desta realidade” e na insistência na “obrigação moral” do ‘dever de solidariedade’ (9/8), bem como na “concepção de desenvolvimento” que não se reduz a “acumulação de riqueza” e maior de disponibilidade de “bens e serviços”, mas tem “dimensões sociais, culturais e espirituais” (9/10).

Terceiro, pela insistência que “o desenvolvimento é o novo nome da paz” (10/1): Não atender à “exigência de justiça” propicia o “irromper de uma tentação de respostas de violência, por parte das vítimas”, sobretudo no contexto da

“divisão do mundo em blocos ideológicos” (10/2); isso se torna ainda mais grave pelo fato de “ingentes somas de dinheiro” serem utilizadas “para o enriquecimento de indivíduos ou grupos ou então para aumentar o arsenal de armas” (10/3). É preciso “rever o conceito de desenvolvimento” (10/4), considerando o “vínculo que existe entre o respeito da justiça e a instauração da verdadeira paz” (10/5).

### *Panorama do mundo contemporâneo*

O papa parte da constatação de que “o contexto social em que vivemos hoje não pode dizer-se totalmente *idêntico* ao de há vinte anos” e expõe algumas “características do mundo contemporâneo” do ponto de vista do “desenvolvimento dos povos” (11). E, aqui, “o primeiro fato a salientar é que as esperanças de desenvolvimento, então vivas, aparecem hoje muito longe de sua realização” (12/1): Se antes “reinava certo otimismo difundido” (12/2), “a situação atual do mundo, sob o ponto de vista do desenvolvimento, nos deixa uma impressão prevalentemente negativa” (13/1). Sem entrar na “análise numérica e estatística”, basta olhar para a “realidade de uma *multidão inumerável de homens e mulheres* [...] que sofrem sob o peso intolerável da miséria” (13/2).

Sem desconhecer que “as fronteiras da riqueza e da pobreza passam pelo interior das próprias sociedades”, o texto chama atenção para a “persistência” e o “alargamento” do “fosso entre a área do chamado Norte desenvolvido e a do Sul em vias de desenvolvimento” (14/1): “abundância de bens e de serviços” X “inadmissível atraso” (14/2). Os países em vias de desenvolvimento apresentam um “quadro desolador” (14/3), uma “situação de gravíssimo atraso” (14/4). Sem falar nas “diferenças de cultura e dos sistemas de valores entre os vários grupos de população [...] que contribuem também para criar distâncias” e “tornam muito mais complexa a questão social” (14/5). Não por acaso, a linguagem corrente fala de “mundos diferentes dentro do nosso único mundo” (14/6).

A esses “índices econômicos e sociais” é preciso acrescentar outros índices negativos: Seja no plano cultural: “analfabetismo”, “níveis superiores de instrução”, “diversas formas de exploração e de opressão”, “discriminações” (15/1); seja no plano político: “direito de iniciativa econômica” (15/2), “negação ou limitação dos direitos humanos” (15/5). Isso mostra que “o subdesenvolvimento de nossos dias não é apenas econômico, mas é também cultural, político e simplesmente humano” e obriga-nos a perguntar “se a realidade tão triste de hoje não será, pelo menos em parte, o resultado de uma concepção demasiado limitada, ou seja, predominantemente econômica, do desenvolvimento” (15/6). Fato é que, “apesar dos louváveis esforços nos últimos dois decênios”, diz o papa, “as condições se agravaram consideravelmente” (16/1).

Esse agravamento se deve a “causas diversas”: “reais e graves omissões das próprias nações em vias de desenvolvimento e, de modo especial, [dos que aí] detém o poder econômico e político”; “responsabilidade das nações desenvolvidas” (16/2); “existência de mecanismos econômicos, financeiros e sociais que [...] funcionam muitas vezes de maneira quase automática, tornando mais rígidas as situações de riquezas de uns e de pobreza de outros” e que são “manobrados pelos países mais desenvolvidos” em função de seus “interesses” (16/3). Não obstante os “aspectos de fragmentação” na sociedade atual, o papa insiste que “a interdependência de suas várias partes permanece sempre muito estreita” e, quando “dissociada das exigências éticas”, leva a “*consequências funestas* para os mais fracos” (17/1). Dentre essas consequências, destaca a “crise de habitação” (17/3-5), o “fenômeno do desemprego e do subemprego” (18) e a “dívida internacional” (19). Tudo isto deve levar a refletir sobre “o *caráter ético* da interdependência dos povos” e sobre “as exigências e as condições da cooperação para o desenvolvimento, inspiradas igualmente em princípios éticos” (19/6).

A encíclica dedica particular atenção às “causas políticas da situação atual” (20/1), chamando atenção para o quadro político mundial pós-guerra, marcado pela “existência de dois blocos contrapostos” (20/3) política (20/4), ideológica (20/5) e militarmente (20/6). Essa “lógica dos blocos” (20/7) repercute negativamente nas “relações internacionais”, uma vez que a tensão entre os blocos não provém de uma “oposição entre dois *graus* diversos de desenvolvimento”, mas de duas concepções “imperfeitas” do “desenvolvimento dos homens e dos povos” e que essa oposição é “transferida para o interior desses países, contribuindo assim para alargar o fosso que já existe, no plano econômico, entre Norte e Sul” (21/1). O papa afirma que esta é “uma das razões porque a doutrina social da Igreja adota uma atitude crítica, quer em relação ao capitalismo liberalista, quer em relação ao coletivismo marxista” e pergunta se eles são “susceptíveis de transformações e atualizações, de modo a favorecerem ou promoverem um verdadeiro e integral desenvolvimento do homem e dos povos” (21/2).

Fato é que “os países em via de desenvolvimento, em vez de se transformarem em nações autônomas [...], tornam-se peças de um mecanismo, partes de uma engrenagem gigantesca” (22/2), que “cada um dos dois blocos esconde no seu âmago a tendência para o imperialismo ou para formas de neocolonialismo” (22/3) e que isto “refreia o impulso de cooperação solidária de todos para o bem comum” (22/4). Tudo isso leva o papa a concluir que “a divisão atual do mundo é um *obstáculo direto* à verdadeira transformação das condições de subdesenvolvimento” e a insistir na necessidade de “processos que poderiam tornar menos rígida a contraposição e mais fácil o estabelecimento de um

diálogo profícuo e de uma verdadeira colaboração para a paz” (22/5). Nesse contexto, retoma a proposta da *PP* de usar recursos destinados à “produção de armas” para “aliviar a miséria das populações indigentes” (23), chama atenção para o perigo da “produção” e do “comércio” de armas, sobretudo de “armas atômicas” (24/1-2), a tragédia dos refugiados (24/3), o “fenômeno do terrorismo” (24/4) o “problema demográfico” (25).

O capítulo termina chamando atenção para alguns “aspectos positivos” com relação à “situação do desenvolvimento no mundo atual” (26/1): “plena consciência, em muitíssimos homens e mulheres, de sua dignidade própria e da dignidade de cada ser humano” (26/2); “convicção de uma interdependência radical e, por conseguinte, da necessidade de uma solidariedade que a assuma e traduza no plano moral” (26/5); “preocupação pela paz” (26/6); “preocupação ecológica” (26/7); “empenho [de muitos] em remediar os males do mundo” (26/8).

### *O desenvolvimento humano autêntico*

Tendo apresentado em grandes linhas o “panorama do mundo contemporâneo”, o papa passa a tratar da concepção do “desenvolvimento humano autêntico”. Seu ponto de partida é a crítica à concepção de desenvolvimento como “processo retilíneo, quase automático e de *per si ilimitado*” (27/1) e à concepção “economicista” de desenvolvimento (28/1). A “tragédia das guerras” e o “perigo atômico” transformaram o “*otimismo mecanicista* ingênuo” em “preocupação pelo destino da humanidade” (27/2). E hoje “compreende-se melhor que a *mera acumulação* de bens e de serviços [...] não basta para realizar a felicidade humana” e que “se não for regida por uma *intenção moral* e por uma orientação no sentido do verdadeiro bem do gênero humano, volta-se facilmente contra ele para o oprimir” (28/1). O papa destaca aqui a “desconcertante verificação” de que “ao lado das misérias do subdesenvolvimento [...] encontramos-nos perante uma espécie de superdesenvolvimento”; afirma que ambos são inadmissíveis; e adverte contra a “civilização do ‘consumo’” (28/2) e seus “triste efeitos” (28/3). Neste contexto, recorda a distinção de Paulo VI entre o “ter” e o “ser” (28/4). Afirma que essa diferença “não deve transformar-se necessariamente numa antinomia” como acontece atualmente entre os *poucos* que “possuem muito” e os *muitos* que “não possuem quase nada” (28/5) e que “o mal não consiste no ‘ter’ enquanto tal, mas no fato de se possuir sem respeitar a qualidade e a ordenada hierarquia dos bens que se possuem” (28/7). Desta forma, deixa claro que “*o desenvolvimento tem necessariamente uma dimensão econômica* [...] contudo, não se limita a tal dimensão” (28/8).

O verdadeiro desenvolvimento “mede-se e orienta-se segundo a realidade e a vocação do homem visto em sua globalidade” – “parâmetro interior” (29/1). Não pode

perder de vista a “natureza específica do homem, criado por Deus à sua imagem e semelhança: natureza corporal e espiritual” (29/2). Ele tem “uma linha de afinidade com as outras criatura”: uso, domínio; mas “deve permanecer submetido à vontade de Deus”: limites, imortalidade (29/3). Aparece na Escritura como “uma dimensão essencial da vocação do homem” (30/1) que é a “tarefa de ‘dominar’ sobre as outras criaturas e de ‘cultivar o jardim’”, sempre no “quadro da obediência à lei divina” (30/2). De modo que “o ‘desenvolvimento’ de hoje deve ser considerado como um momento da história iniciada com a criação e continuamente posta em perigo por motivo da infidelidade à vontade do criador, sobretudo por causa da tentação à idolatria” (30/6). E “a *fé em Cristo Redentor*, ao mesmo tempo que ilumina a partir de dentro a natureza do desenvolvimento, orienta também no trabalho de colaboração” (31/1), inserindo “nossa história” no “plano divino” (31/2) e alargando nossa perspectiva de desenvolvimento (31/3).

Isso explica “as razões que impelem a Igreja a preocupar-se com o problema do desenvolvimento, a considera-o um dever de seu ministério pastoral e a estimular a reflexão de todos sobre a natureza e as características do desenvolvimento humano autêntico” (31/5). Já nos Padres da Igreja encontramos “uma visão *otimista* da história e do trabalho, ou seja, do valor perene das realizações humanas autênticas, enquanto resgatadas por Cristo e destinadas ao Reino prometido” (35/6), bem como a convicção da Igreja “estar obrigada, por vocação a aliviar a miséria dos que sofrem [...] não só com o ‘supérfluo’, mas também com o ‘necessário’” (35/7). A Constituição Pastoral *GS*, a encíclica *PP* e esta nova encíclica estão em continuidade com este ensinamento (35/8).

O papa insiste aqui que o empenho pelo “desenvolvimento dos povos” é um “imperativo” para todas as pessoas, sociedade e nações, em particular para a Igreja Católica e para as outras Igrejas e comunidades eclesiais e para outras religiões (32/1); que “a colaboração para o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens é um dever de todos para com todos” (32/2); que o “desenvolvimento integral” implica tanto “aspectos econômicos e sociais”, quanto “identidade cultural” e “abertura para o transcendente” (32/3), isto é, respeito e promoção dos “direitos humanos, pessoais, sociais, econômicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos” (33/); que “a conexão intrínseca entre o desenvolvimento autêntico e o respeito dos direitos humanos revela uma vez mais seu caráter moral” (33/3) com exigências no “plano interno” (33/6) e no “plano internacional” (33/7); que “para ser integral, o desenvolvimento deve realizar-se no quadro da solidariedade e da liberdade” (33/8) e “não pode prescindir do respeito pelos seres que formam a natureza visível” (34/1).

## Uma leitura teológica dos problemas modernos

O “caráter moral” do desenvolvimento deve ser considerado também na análise dos “obstáculos que a ele se opõem”. Eles não são apenas de “natureza econômica”, mas também “política” (34/1) e “moral” (35/2s). E, para os crentes em geral e os cristãos em particular, as “determinações morais” devem se inspirar nos “princípios da fé” (35/2).

Isso leva o papa a afirmar que “um mundo dividido em blocos, mantidos por ideologias rígidas, onde, em lugar da interdependência e da solidariedade, dominam diferentes formas de imperialismo, não pode deixar de ser um mundo submetido a ‘estruturas de pecado’” (36/1). Elas “radicam no pecado pessoal e, por consequência, estão sempre ligadas a atos concretos das pessoas que as fazem aparecer, as consolidam e tornam difícil removê-las” e se “tornam fonte de outros pecados, condicionando o comportamento dos homens” (36/2). Embora não se costume usar essas categorias para tratar da situação atual, diz o papa, “não se chegará facilmente à compreensão profunda da realidade [...] sem dar nome à raiz dos males que nos afligem” (36/3). E, aqui, a abordagem “ético-moral” é enriquecida com uma abordagem fundada “na fé em Deus e na sua lei” (36/4-5); “é nisto que consiste a diferença entre o tipo de análise sócio-política e a referência formal ao ‘pecado’ e às ‘estruturas de pecado’” (36/6). Dentre “as ações e as atitudes opostas à vontade de Deus e ao bem do próximo e as ‘estruturas’ que a elas induzem”, o texto destaca a “avidez exclusiva do lucro” e a “sede de poder” – “a qualquer preço” (37/1). Afirma que essas atitudes se encontram “indissolivelmente unidas” (37/2) e que elas afetam “não só os indivíduos”, mas também “as nações e os blocos”: por trás dos imperialismos “se escondem verdadeiras formas de idolatria” (37/3).

Esse tipo de análise é fundamental tanto para compreendermos “a verdadeira *natureza* do mal, com o qual nos deparamos na questão do desenvolvimento: trata-se de um mal *moral*, fruto de *muitos pecados*, que produzem ‘estruturas de pecado’”, quanto para “identificar, ao nível do comportamento humano, o caminho a seguir para superá-lo” (37/4). O papa insiste aqui na “urgente necessidade de uma mudança de atitudes espirituais” (38/3) – “conversão” (38/4); destaca a “consciência crescente da interdependência entre homens e nações” (38/5), entendida como “*sistema determinante* de relações no mundo contemporâneo” e assumida como “categoria moral”; e fala da “solidariedade”, entendida como “determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum”, como resposta “moral e social” e como “virtude” (38/6): seja no “interior de cada sociedade” (39/1-2), seja nas “relações internacionais” (39/3-4). Ela “ajuda-nos a ver o ‘outro’ – pessoa, povo ou nação – não como um instrumento qualquer [...], mas como nosso semelhante” (39/5); é “caminho para a paz e, ao mesmo

tempo, para o desenvolvimento” (39/8); e é uma “virtude cristã” (40/1). Importa, por fim, dar-se conta que “os ‘mecanismos perversos’ e as ‘estruturas de pecado’ [...] só poderão ser vencidos mediante a prática daquela solidariedade humana e cristã, a que a Igreja convida e que ela promove incansavelmente” (40/4).

### *Algumas orientações particulares*

Depois de apresentar a situação do mundo atual e fazer uma análise ético-teológica dessa situação, o texto indica “algumas orientações particulares”. Lembra que “a Igreja não tem soluções técnicas” nem “propõe sistemas ou programas econômicos e políticos, nem manifesta preferências por uns e por outros”, mas, como “perita em humanidade”, é impelida a “alargar sua missão religiosa aos vários campos” da ação humana (41/2).

A propósito do problema do desenvolvimento, insiste que “não se pode reduzir a um problema ‘técnico’ aquilo que [...] concerne à dignidade do homem e dos povos” (41/3); que “a Igreja tem uma palavra a dizer” sobre isso e, “ao fazê-lo, está cumprindo a missão de evangelizar” (41/4); “como *instrumento* para alcançar esse objetivo, a Igreja utiliza a sua doutrina social”: “princípios de reflexão”, “critérios de julgamento”, “diretrizes de ação” (41/5); que a doutrina social da Igreja não é “uma ‘terceira via’ entre capitalismo liberalista e coletivismo marxista”, nem “uma possível opção entre outras soluções menos radicalmente contrapostas”, nem tampouco “uma ideologia”, mas pertence ao domínio “da teologia e especialmente da teologia moral” (41/7); que seu ensino e sua difusão “fazem parte da missão evangelizadora da Igreja” (41/8) – é um “aspecto do múnus profético da Igreja”: “denúncia” e “anúncio” (41/9).

O papa insiste que “a doutrina social da Igreja hoje, mais do que nunca, tem o dever de se abrir para uma *perspectiva internacional*” e, sob essa luz, trata de um dos temas e orientações “repetidamente ventilados pelo Magistério nestes últimos anos” (42/1) que é “a opção ou amor preferencial pelos pobres” – “uma opção ou uma *forma especial* de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja” (42/2). Ela concerne tanto à “vida de cada cristão”, quanto às nossas “responsabilidades sociais” (42/2); deve marcar “nossa vida cotidiana” e “nossas decisões no campo político e econômico” (42/4). Não se pode esquecer que “os bens deste mundo são originariamente destinados a todos”, que “sobre a propriedade pesa uma ‘hipoteca social’ ou que ela tem uma “função social”, assim como não se pode descuidar dos “direitos fundamentais da pessoa”, como “liberdade religiosa” e “iniciativa econômica” (42/5).

Esta preocupação pelos pobres deve se traduzir numa “série de reformas necessárias” (43/1). Embora dependa “de cada uma das situações locais individualizar as mais



urgentes e os meios para realizar”, não se pode esquecer “aquelas que são requeridas pela situação de desequilíbrio internacional” (43/1): “sistema internacional de comércio” (43/3), “sistema monetário e financeiro mundial” (43/4), “tecnologias e suas transferências” (43/5) e “organizações internacionais” (43/6-7). O papa insiste que o desenvolvimento requer “espírito de iniciativa dos próprios países que necessitam dele” (44/1), mas “não poderá realizar-se sem a colaboração de todos, especialmente da comunidade internacional, no quadro de uma solidariedade que abranja a todos” (45/1). E insiste na importância e no dever de solidariedade entre as “nações em vias de desenvolvimento” e com os “países mais marginalizados do mundo” (45/1), bem como entre as “nações de uma mesma área geográfica” (45/2-3).

### Conclusão

Chegando ao final de sua reflexão sobre a problemática do desenvolvimento no mundo atual, o papa chama atenção para “uma nova maneira de enfrentar os problemas da miséria e do subdesenvolvimento” que se difundiu em “algumas áreas da Igreja Católica, em particular na América Latina” e que “faz da libertação a categoria fundamental e o primeiro princípio de ação” (46/2). Afirma que “os valores positivos, mas também os desvios e os perigos de desvios” dessa forma de reflexão foram indicados pelo Magistério (46/2). Acrescenta que “a aspiração à libertação de toda e qualquer forma de escravidão, relativa ao homem e à sociedade, é algo nobre e válido” e que esse é o objetivo da “libertação” e do “desenvolvimento” (46/3). Insiste que o desenvolvimento não é “somente econômico”, mas tem “dimensões culturais, transcendentais e religiosas” (46/4); que “o obstáculo principal a superar para uma verdadeira libertação é o pecado, corroborado pelas estruturas que ele suscita” (46/5) e que “o processo do *desenvolvimento* e da *libertação* concretiza-se na prática da *solidariedade*, ou seja, do amor e do serviço ao próximo, particularmente aos mais pobres” (46/6).

“No quadro das tristes experiências dos últimos anos e do panorama predominantemente negativo do momento atual”, diz o papa, “a Igreja sente-se no dever de afirmar com vigor: a possibilidade de superar os entraves [...] e a confiança em uma verdadeira libertação” e faz isso a partir da “promessa divina” (47/1) e da “confiança no homem” (47/2). Insiste que não se justificam “nem o desespero, nem o pessimismo, nem a passividade” (47/3); que “somos todos chamados, ou antes, obrigados” a enfrentar os desafios que nos ameaçam (47/3), pois “o que está em jogo é a dignidade da pessoa humana, cuja defesa e promoção nos foram confiadas pelo criador” (47/4). É isso o que faz dirigir-se “com simplicidade e humildade a todos”, para que, “convencidos da gravidade do

momento presente e cada um da própria responsabilidade individual, ponham em prática [...] as medidas inspiradas pela solidariedade e pelo amor preferencial para com os pobres” (47/5).

O papa recorda ainda, com o Concílio, que “a Igreja sabe bem que nenhuma realização temporal se identifica com o Reino de Deus, mas que todas as realizações não deixam de refletir e, em certo sentido, antecipar a glória do Reino que esperamos no fim da história” (48/1); que “coisa alguma, embora imperfeita e provisória, de tudo aquilo que se pode e se deve realizar [...] para tornar ‘mais humana’ a vida dos homens, será perdida ou terá sido em vão” (48/2); que, pela Eucaristia, o Senhor “*une-nos a si e une-nos entre nós* [e] *envia-nos ao mundo*” (48/5) e que, “todos nós, os que participamos da Eucaristia, somos chamados a descobrir [...] o sentido profundo de nossa atividade no mundo em prol do desenvolvimento e da paz” (48/6). Por fim, referindo-se ao Ano Mariano, confia a Maria a “*difícil conjuntura do mundo contemporâneo*” e os “esforços que se fazem e se farão, muitas vezes à custa de grandes sofrimentos, desejando contribuir para o verdadeiro desenvolvimento dos povos” (48/7).

## DESTAQUES

Tendo apresentado em grandes linhas o contexto social e eclesial em que se insere essa nova encíclica social de João Paulo II e tendo analisado o texto da encíclica, indicando sua estrutura e oferecendo um resumo de seu conteúdo, resta destacar alguns pontos que ajudem a compreender melhor a encíclica em seu contexto imediato e no contexto mais amplo do ensino ou da doutrina social da Igreja.

1. Antes de tudo, convém chamar atenção para o fato de que a encíclica *SRS* não foi escrita por ocasião do aniversário da *RN* de Leão XIII, como a maioria das encíclicas sociais anteriores, mas por ocasião do aniversário da *PP* de Paulo VI. E está dedicada à problemática do desenvolvimento dos povos. Mas num contexto muito diferente daquele dos anos 1960 em que foi publicada a *PP*. Aliás, ao apresentar o “panorama do mundo contemporâneo”, João Paulo II diz que “o primeiro fato a salientar é que as esperanças de desenvolvimento, então bem vivas, aparecem hoje muito longe da sua realização” (12/1) e que “a situação do mundo atual, sob o ponto de vista do desenvolvimento, nos deixa uma impressão prevalentemente negativa” (13/1). Se naqueles anos “reinava um certo otimismo difundido” com relação ao desenvolvimento dos povos (12/2), o contexto atual é bastante negativo e pessimista a esse respeito (13/1; 47/1). E se era possível suspeitar de certo otimismo na *PP* (ELLACURIA, 2002, p. 414), por mais austero ou moderado que fosse (12/2), a *SRS* não deixa dúvidas a esse respeito. O propósito fundamental desta nova encíclica é atualizar o ensino da *PP* sobre o

- desenvolvimento dos povos: “prolongar o seu eco, pondo esses ensinamentos em ligação com as possíveis aplicações ao presente momento histórico” (4/1), “aprofundar o ensinamento da Encíclica e ponderar as suas perspectivas” (4/3).
2. O texto começa tratando da “novidade da encíclica *Populorum Progressio*”. Chama atenção para sua “relação com o Concílio Ecumênico Vaticano II” (5/2): “um documento de aplicação dos ensinamentos do Concílio” (6/1); “resposta ao apelo conciliar, contido logo no início da Constituição *Gaudium et Spes*” (6/2); “aplicação do ensinamento conciliar em matéria social ao problema específico do desenvolvimento e do subdesenvolvimento dos povos” (7/3). E condensa sua “novidade” em “três pontos” (8/1): O primeiro é “ter salientado o caráter ético e cultural da problemática relativa ao desenvolvimento e, igualmente, a legitimidade e a necessidade de intervenção da Igreja em tal campo” (8/3). O segundo se refere à “amplitude de horizontes abertos quanto ao conjunto do que comumente se designa como ‘questão social’” (9/1); embora a encíclica *Mater et Magistra* e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* já tinham aberto e assumido essa perspectiva, diz o papa, “o magistério social da Igreja ainda não tinha chegado a afirmar com toda clareza que a ‘questão social tinha adquirido uma dimensão mundial’, nem tinha feito desta afirmação e da análise que a acompanha uma ‘diretriz de ação’” (9/2). O terceiro ponto diz respeito ao vínculo entre desenvolvimento e paz, condensado na frase/fórmula “o desenvolvimento é o novo nome da paz” (10/1).
3. Os capítulos 3-6 seguem o esquema ver-julgar-agir (CAMACHO, 1995, p. 423). O cap. 3 (VER) apresenta o “panorama do mundo contemporâneo”: chama atenção para o “alargamento do fosso entre a área do chamado Norte desenvolvido e a do Sul em vias de desenvolvimento” (14/1); afirma que o subdesenvolvimento “não é apenas econômico, mas é também cultural, político e simplesmente humano” (15/6) e que ele tem “causas diversas” (16/2); destaca alguns “sintomas específicos” (17/3-19/5); dedica particular atenção às “causas políticas”, concretamente à “existência de dois blocos políticos contrapostos” (20-22) (CAMACHO, 1995, p. 428-433); e destaca alguns “aspectos positivos” da situação atual (26). Os cap. 4 e 5 (JULGAR) fazem uma análise ético-teológica dessa situação: apresenta uma concepção de desenvolvimento que considera “a realidade e a vocação do homem em sua globalidade” (29/1) e faz uma “leitura teológica” do mundo atual, destacando as “estruturas de pecado” a que ele está submetido (36-37) e propondo a “solidariedade” como “resposta” ético-cristã a essa situação (38-40). O cap. 6 (AGIR) indica “algumas orientações particulares” a partir da doutrina social da Igreja, destacando a necessidade de uma “perspectiva internacional” (42/1) e a “opção ou amor preferencial pelos pobres” como princípio de ação na “vida de cada cristão” e no “campo político e econômico” (42-44).

4. Depois de apresentar um cenário prevalentemente “negativo” do mundo atual do ponto de vista do desenvolvimento (13/1), o capítulo terceiro conclui indicando alguns “aspectos positivos” na atual conjuntura (26/1): A) “plena consciência, em muitíssimos homens e mulheres, da dignidade própria e da dignidade de cada ser humano”, o que se expressa na preocupação com o “respeito dos direitos humanos”, no “número de associações privadas” comprometidas com esta causa e na crescente aceitação da Declaração dos Direitos do Homem pela comunidade internacional (26/2-3); B) “convicção de uma interdependência radical e, por conseguinte, da necessidade de uma solidariedade que a assuma e a traduza no âmbito moral” – “emerge progressivamente a ideia de que o bem, ao qual todos somos chamados, e a felicidade, a que aspiramos, não se podem obter sem o esforço e a aplicação de todos” (26/5); C) “uma maior consciência dos limites dos recursos disponíveis e da necessidade de respeitar a integridade e os ritmos da natureza e de tê-los em conta na programação do desenvolvimento, em vez de sacrificá-los a certas concepções demagógicas” (26/7); D) o empenho de “homens de governo, políticos, economistas, sindicalistas, personalidades da ciência e funcionários internacionais” em “remediar generosamente [...] os males do mundo” (26/8).
5. A leitura teológica que o papa faz da situação atual está estruturada em torno de dois conceitos fundamentais: “estruturas de pecado” e “solidariedade”. Por um lado, afirma que “um mundo dividido em blocos, mantidos por ideologias rígidas, onde, em vez da interdependência e da solidariedade, dominam diferentes formas de imperialismo, não pode deixar de ser um mundo submetido a ‘estruturas de pecado’” (36/1). Elas “radicam no pecado pessoal”, mas, uma vez criadas, “reforçam-se, expandem-se e tornam-se fontes de outros pecados, condicionando o comportamento dos homens” (36/2) CAMACHO, 1995, p. 437-441; ELLACURIA, 2002, p. 419s; GUTIÉRREZ, 1995, p. 84-85). Por outro lado, frente a essa situação, insiste na “urgente necessidade de uma mudança das atitudes espirituais” (38/3) ou de “conversão” (38/4) e concretiza essa mudança/conversão em termos de “solidariedade”, entendida como “determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum” (38/6): tanto no “interior de cada sociedade” (39/1-2), quanto nas “relações internacionais” (39/3-4). Fala da solidariedade como “caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento” (39/8), como “virtude cristã” (40/1), como contribuição para a “realização [do] desígnio divino, tanto no plano individual como no da sociedade nacional e internacional” e como meio de vencer “os ‘mecanismos perversos’ e as ‘estruturas de pecados’” do mundo (40/4) (CAMACHO, 1995, p. 441-443; ELLACURIA, 2002, p. 420-422; GUTIÉRREZ, 1995, p. 81-83).
6. Ao indicar “algumas orientações particulares”, o texto deixa claro que “a Igreja não tem soluções técnicas”, que “ela não propõe sistemas ou programas econômicos e políticos, nem manifesta preferências por uns ou por outros” (41/1) e que

sua atuação se dá no âmbito moral, no que “concerne à dignidade do homem e dos povos” (41/3). Seu instrumento de ação aqui é a doutrina social que oferece “princípios de reflexão”, “critérios de julgamento” e “diretrizes de ação” (41/4). O papa insiste que “a doutrina social da Igreja não é uma ‘terceira via’ entre *capitalismo liberalista* e *coletivismo marxista*, nem sequer uma possível opção entre outras soluções menos radicalmente contrapostas” e que “sua finalidade principal é *interpretar* estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente” (41/7). Ela pertence, “não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral”; sua função não é elaborar/propor sistemas políticos e econômicos, mas “orientar o comportamento cristão” no mundo (41/7) (CAMACHO, 1995, p. 448-452). Na verdade, João Paulo II retoma e reafirma aqui algo que está presente em outras encíclicas sociais, particularmente na encíclica *Octogesima Adveniens* de Paulo VI (QA 41; PP 13; OA 4, 36, 49; LE 1/4, 24/2).

7. Por fim, é importante destacar o fato dessa encíclica social de João Paulo II assumir aspectos centrais da reflexão teológico-pastoral da Igreja latino-americana, desenvolvida nas conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) e na teologia da libertação. Antes de tudo, a noção de “estruturas de pecado” que, sendo fruto do “pecado pessoal”, adquirem certa objetividade e autonomia e “tornam-se fonte de outros pecados, condicionando o comportamento dos homens” (36/1-2). Em segundo lugar, “a opção ou amor preferencial pelos pobres” como “forma especial de primado da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja”: uma opção que concerne à “vida de cada cristão” e às nossas “responsabilidades sociais” (42/2), que deve marcar “nossa vida cotidiana” e “nossas decisões em campo político e econômico” (42/3), que toma em sério o destino universal dos bens e a “função social” da propriedade (42/4) e que implica reformas estruturais em âmbitos locais e nas relações internacionais (43-45) (ELLACURIA, 2002, p. 422-424). Por fim, “uma nova maneira de enfrentar os problemas da miséria e do subdesenvolvimento que faz da libertação a categoria fundamental e o primeiro princípio de ação” (46/2). O papa destaca aqui a “íntima conexão” entre desenvolvimento e libertação (46/3) (ELLACURIA, 2002, p. 424), o que já fazia Ignacio Ellacuría no início da década de 1970, afirmando que mais que de *Populorum progressio* era preciso falar em *Populorum liberatio* (ELLACURIA, 2002, p. 414).

#### SOLLICITUDO REI SOCIALIS: A READING GUIDE

*Abstract: Pope John Paul II's Encyclical Letter Sollicitudo Rei Socialis was published on December 30, 1987. It was written on the occasion of the celebration of the 20th*

*anniversary of the Encyclical Populorum Progressio of Paul VI and deals with the problem of the development of peoples. It takes up and updates the social teaching developed in that encyclical in the context of the second half of the 1980s, emphasizing the aspect of “continuity” and “constant renewal” of the Church's social teaching or doctrine. In general terms, it follows the see-judge-act method: it presents the “contemporary world panorama” (see); makes an ethical-theological reading of this situation (judging) and offers “some particular guidelines” (acting). And it has the merit of assuming and integrating into the whole of the Church's social doctrine fundamental aspects of the theological-pastoral reflection of the Latin American Church: “structures of sin”, “preferential option for the poor”, “liberation” as a “fundamental category” and “first principle of action”. This work, as its subtitle indicates, intends to be a “reading guide” of the encyclical: it contextualizes the document, analyzes the text and highlights important aspects for its understanding.*

Keywords: *John Paul II; Social Doctrine of the Church; Sollicitudo Rei Socialis; Development X Underdevelopment; Latin America.*

## REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Eugenio. *Moral social Cristiana: camino de liberación y de justicia*. Madrid: San Pablo, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edunesp, 1996.

CAMACHO, Ildefonso. El cristiano ante las contradicciones del desarrollo: La segunda encíclica social de Juan Pablo II. *Proyección*, v. 35, p. 201-217, 1988a.

CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Libertatis Nuntius*: Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação (06/08/1984). Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19840806\\_theology-liberation\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html)

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Libertatis Conscientia*: Sobre a libertação cristã e a libertação (22/03/1986). Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19860322\\_freedom-liberation\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html)

ELLACURÍA, Ignacio. Hacia un desarrollo liberador de los pueblos. In: *ESCRITOS Teológicos III*. San Salvador: UCA, 2002. p. 413-426.

- FAGGIOLI, Massimo. *Vaticano II: a luta pelo sentido*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- GIRARDI, Giulio. *La túnica rasgada: la identidad cristiana, hoy, entre liberación y restauración*. Santander: Sal Terrae, 1991.
- GUTIRREZ, Ezequiel. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- HOBBSAWM. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IVERN, Francisco. *Sollicitudo rei socialis: posição e significação de uma encíclica*. *Síntese*, v. 43, p. 11-21, 1988.
- JOÃO PAULO II. Carta aos bispos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (09/04/986). Disponível em: [http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1986/documents/hf\\_jp-ii\\_let\\_19860409\\_conf-episcopale-brasile.html](http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1986/documents/hf_jp-ii_let_19860409_conf-episcopale-brasile.html)
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis: pelo vigésimo aniversário da Encíclica Populorum Progressio*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- JOÃO PAULO II. *Radiomensagem Urbi et Orbi (17/10/1978)*. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1978/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19781017\\_primo-radiomessaggio.html](http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1978/documents/hf_jp-ii_spe_19781017_primo-radiomessaggio.html)
- JOÃO XXIII. Discurso *Gaudet Mater Ecclesia* na abertura solene do Concílio. *In: VATICANO II: Mensagens, discursos, documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 27-35.
- LIBÂNIO, João Batista. *A volta à grande disciplina: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1984.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. São Paulo: Loyola, 1997. V. IV.
- NEIRA, Germán. Juan Pablo II: Carta Encíclica La preocupación social. *Theologica Xaveriana*, v. 86/87, p. 9-30, 1988.
- ONU. Assembleia General: Decimosexto periodo de sesiones. Resolución 1710 (19/12/1961). Disponível em: [https://undocs.org/es/A/RES/1710\(XVI\)](https://undocs.org/es/A/RES/1710(XVI))
- PAULO VI. Pronunciamento na nona sessão conciliar. *In: VATICANO II: Mensagens, discursos, documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 118-125.